

O PAPEL FUNDAMENTAL DA FUNARTE NO MINISTÉRIO DA CULTURA

Gilberto Gil
Ministro de Estado da Cultura

Na abertura de seu discurso de posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apontou a diretriz fundamental do novo governo: "Mudança. Esta é a palavra-chave, a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. Diante do fracasso de um modelo econômico que, em vez de gerar crescimento, produziu desemprego e fome; diante de ameaças à soberania nacional e do escândalo da corrupção; diante da falência dos sistemas de saúde, de educação e de segurança pública; diante do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante, enfim, da perspectiva de um colapso econômico, social e moral, a sociedade escolheu mudar. E eu estou aqui para isso mesmo. Para mudar. Para imprimir, à mudança, um caráter de intensidade prática".

Ao longo do primeiro ano do novo governo, a equipe do Ministério da Cultura dedicou-se ao máximo no sentido de dar, às palavras do presidente, àquela diretriz enunciada com tanta precisão e felicidade, o "caráter de intensidade prática" mencionado. Cada um de nós, nas secretarias, nos gabinetes, nas instituições vinculadas, nos museus, nos projetos, ou seja, nas diversas instâncias que compõem o Ministério da Cultura, procurou diariamente intervir na micro e na macropolítica, interna e externamente, na burocracia e nos movimentos sociais, no falar e no fazer, no gestual e na postura, enfim, nas dimensões possíveis da atuação pública, para celebrar e exercer este compromisso com a mudança que a sociedade demandava (e ainda demanda) do novo governo.

Quando aceitei o convite do presidente Lula para ser o Ministro da Cultura de seu governo, o meu engajamento no projeto de transformação do país assumiu um outro significado, ainda mais profundo do que as contribuições anteriores, de toda uma vida de artista sintonizado com o povo e o país, sugeriam. Trata-se, agora, de meter a mão na massa. De atuar não como espectador ou contribuinte eventual, mas como protagonista. Não na arquibancada, mas dentro do campo, suando a camisa

do time da mudança. No discurso de posse, em diálogo com a fala presidencial, anunciei que teríamos um novo Ministério da Cultura e uma nova política cultural, abertos, transformadores, democráticos. Teríamos um MinC inserido no projeto de construção de um novo país.

E o que tenho a dizer aqui, antes de mais nada, é que, ao longo de 2003, a equipe do MinC esteve empenhada de fato, em todos os espaços e instantes de sua ação e reflexão, na tarefa de concretizar o movimento de mudança deflagrado pela eleição do presidente Lula. Começando pela incorporação de um novo conceito de cultura e pela busca de um novo posicionamento do Ministério. O novo conceito de cultura, por exemplo, se impôs de imediato. Era preciso abarcar a vida cultural brasileira, simultaneamente, em sua unidade e em sua multiplicidade. Em suas variações regionais, em seus traços distintivos internos, em suas diferentes colorações sociais, em sua vasta gama de formas e de sentidos, em sua capacidade de promover inclusão e cidadania.

O novo posicionamento do MinC, por outro lado, diz respeito à retomada do papel do Estado, depois de anos de omissões neoliberais. Constatamos que o MinC havia renunciado à sua missão, expulsando a cultura do âmbito dos deveres estatais, ou reduzindo-a à dimensão de "bom negócio" para poucos, feito com recursos públicos. Era, enfim, um balão de bucha apagada, inteiramente entregue, em sua trajetória descendente, aos ventos do mercado. Tínhamos, portanto, três tarefas pela frente. Reconduzir o Ministério à sua função nuclear de gerador e executor de políticas públicas (centralmente estratégicas) para a cultura; realizar uma reforma administrativa; e sair em busca de recursos. A mudança teria de ocorrer, portanto, também dentro de casa. E dentro do governo.

Mas é evidente que o Ministério da Cultura não existe apenas para ações entre pares, intramuros ou simbólicas. Existe, sobretudo, para a sociedade, através de medidas práticas. Há quem considere, equivocadamente, que artistas e produtores culturais são os "clientes" do MinC. Nada mais enganoso. Artistas, produtores e intelectuais são nossos parceiros preferenciais; mas "clientes", se por esta palavra compreende-se o coletivo daqueles aos quais se destinam as ações do Ministério, são os cidadãos brasileiros, todos os cidadãos, em seus diferentes graus de inclusão e, portanto, de cidadania. O MinC existe para promover o desenvolvimento cultural da sociedade

brasileira, com todas as implicações pedagógicas, sociais, políticas e econômicas sugeridas em tal missão.

A Fundação Nacional de Artes tem um papel fundamental no processo de mudança a que me referi antes. E na realização da tarefa básica, da missão fundamental do MinC. Poucas instituições públicas foram tão vilipendiadas nos anos de hegemonia do neoliberalismo como a Funarte. Chegou a ser formalmente extinta e quase liquidada; salvou-a o impeachment do presidente que pretendia afastar completamente o Estado da cultura. Desde então, muito pouco foi feito para a Funarte recuperar a força que, paradoxalmente, teve durante a ditadura militar, quando era um dínamo da bandeira que empunhamos agora: a ampliação do acesso do povo brasileiro aos meios de produção e ao consumo e fruição de bens culturais. A Funarte teve uma potência que deve ser resgatada.

Aliás: não apenas deve, com está sendo, através da atuação competente e decidida de sua nova direção, que tem à frente o ator e gestor cultural Antônio Grassi, e da percepção, por parte do conjunto do Ministério da Cultura, de sua importância como vetor de formulação e realização de políticas públicas de cultura nas áreas de música, teatro, dança, circo, artes visuais e tantas outras. Percepção que se traduz em ações práticas de fortalecimento institucional e de aporte de recursos, mesmo num quadro de refluxo da capacidade de investimento do Estado. A Funarte tem tudo para ser a grande vitrine do Ministério da Cultura, transformando-se num instrumento de realização, no campo da cultura, das palavras do presidente: "imprimir intensidade prática à mudança".

Para isso, a Funarte precisa cumprir a sua vocação nacional, não apenas no aspecto físico, de presença local, mas principalmente no alcance de suas iniciativas, conferindo à circulação de shows, exposições, peças, seminários e oficinas de capacitação a prioridade devida. Precisa também recompor seus quadros e incorporar-se de corpo e alma ao sistema MinC, articulando-se com as secretarias, as representações e as outras vinculadas. Precisa, ainda, transcender o fomento direto, procurando operar nos diversos mercados com os quais se relaciona no sentido de estruturá-los e regulamentá-los. Na música e no teatro, por exemplo, a omissão do Estado levou a uma situação de irracionalidade e crise que só será superada com ações governamentais sistêmicas.

Uma leitura deste relatório de atividades da Funarte em 2003 mostra que, para além do simbólico, de ampliar o conceito de cultura e de conferir ao MinC um caráter estratégico dentro do governo, para além da reestruturação interna e do diálogo com a sociedade civil, também podemos destacar realizações significativas. Trata-se de um bom começo. Temos nos movido no horizonte do possível; temos pensamento, capacidade de articulação, projetos, ações. O que demos, até aqui, foram poucos e primeiros passos. E o que queremos é muito mais. Para isso, podemos contar com as reservas de energia, criatividade e dedicação da nossa equipe. Não queremos só um "Ministério-arte", mas também um "Ministério de resultados". De discurso e ação. Eis o nosso desafio em 2004.